

# 1. ATOS DO DIRETOR-GERAL

## 1.1. PORTARIAS

### PORTARIA DE 3 DE JULHO DE 2012

O DIRETOR-GERAL DA SECRETARIA DO TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL, com base no disposto no inciso XV do art. 116 do Regulamento Interno e no *caput* do art. 38 da Lei nº 8.112, de 1990,

Nº 376/2012 – RESOLVE designar ELDER VANDO CÂNDIDO DA SILVA JÚNIOR, técnico judiciário, área apoio especializado, programação de sistemas, para substituir a chefe da Seção de Desenvolvimento de Soluções Corporativas IV, nível FC-6, da Coordenadoria de Soluções Corporativas, da Secretaria de Tecnologia da Informação, no período de 11 a 13.7.2012.

### PORTARIAS DE 4 DE JULHO DE 2012

O DIRETOR-GERAL DA SECRETARIA DO TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL, com base no disposto no inciso XV do art. 116 do Regulamento Interno e no *caput* do art. 38 da Lei nº 8.112, de 1990,

Nº 378/2012 – RESOLVE: Art. 1º Designar:

I – MÁRCIO AUGUSTO ALVES ROSNER, técnico judiciário, área apoio especializado, programação de sistemas, para substituir a chefe da Seção de Desenvolvimento de Soluções Corporativas II, nível FC-6, da Coordenadoria de Soluções Corporativas, da Secretaria de Tecnologia da Informação, no período de 11 a 20.7.2012;

II – SANDRA MARIA BEZERRA RODRIGUES, técnico judiciário, área administrativa, para substituir o chefe da Seção de Procedimentos Cartorários, nível FC-6, da Coordenadoria de Assuntos Judiciários, da Corregedoria-Geral Eleitoral, no período de 16 a 19.7.2012;

III – WAGNER WILLE NASCIMENTO VAZ, técnico judiciário, área administrativa, para substituir o chefe da Seção de Inspeções e Correições, nível FC-6, da Coordenadoria de Supervisão e Orientação, da Corregedoria-Geral Eleitoral, em seus afastamentos e impedimentos legais ou regulamentares;

IV – Revogar o item II do art. 1º da Portaria nº 423, de 20 de junho de 2008, publicada no *Diário Oficial da União* do dia 23 subsequente.

O DIRETOR-GERAL DA SECRETARIA DO TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL, no uso da competência que lhe é conferida pela Portaria nº 207, de 18 de abril de 2012, com base no art. 9º da Lei nº 11.416, de 15 de dezembro de 2006, e no art. 12 da Resolução nº 22.582, de 30 de agosto de 2007, e considerando o contido no Procedimento nº 14.374/2012,